

Os assistentes sociais na defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+ frente ao avanço da extrema-direita

João Paulo Rosa Lorenço*

Claudia Neves da Silva**

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo investigar as estratégias e possibilidades de construção e manutenção de uma posição hegemônica entre os assistentes sociais na defesa e ampliação dos direitos da população LGBTQIAPN+ no contexto de avanço da extrema-direita no Brasil através de pesquisa de natureza qualitativa. O objetivo pretende ser atingido a partir análise, a partir do método materialista histórico-dialético, de sete entrevistas presenciais com assistentes sociais atuantes na Política de Assistência Social de uma cidade do interior paranaense no ano de 2021. A pesquisa pretende contribuir para ampliação da discussão da temática no âmbito do Serviço Social, com vistas a reforçar o compromisso ético assumido pela categoria profissional junto a essa população, especialmente no combate aos preconceitos e na defesa e ampliação de seus direitos. Como resultado podemos inferir que o compromisso ético dos assistentes sociais foi relembrado, mesmo que houvessem discordâncias entre as concepções familiares, morais, sociais e religiosas sobre a temática, ressaltando a postura que assumem enquanto profissionais do Serviço Social.

Palavras-chave: Extrema direita; Hegemonia; Neoliberalismo; População LGBTQIAPN+; Serviço social.

* Assistente Social. Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. Professor assistente no departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6496-7040>
E-mail: joao.paulo.rosa@uel.br

** Assistente Social. Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, com pós-Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora associada no Departamento de Serviço Social.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1337-4741>
E-mail: claudianevevss@uel.br

Social workers defending the rights of the LGBTQIAPN+ population in the face of the advance of the extreme right

Abstract:

This work aims to investigate the strategies and possibilities for building and maintaining a hegemonic position among social workers in defending and expanding the rights of the LGBTQIAPN+ population in the context of the advancement of the extreme right in Brazil through qualitative research. The objective is intended to be achieved through analysis, using the historical-dialectic materialist method, of seven face-to-face interviews with social workers working in the Social Assistance Policy of a city in the interior of Paraná in the year 2021. The research aims to contribute to expanding the discussion of the theme within the scope of Social Service, with a view to reinforcing the ethical commitment assumed by the professional category towards this population, especially in combating prejudice and defending and expanding their rights. As a result, we can infer that the ethical commitment of social workers was remembered, even if there were disagreements between family, moral, social and religious conceptions on the subject, highlighting the stance they take as Social Service professionals.

Keywords: Far right; Hegemony, LGBT; Neoliberalism; Social work.

Introdução

Perante o cenário de recrudescimento do neoliberalismo, onde o desmonte do financiamento das políticas sociais, sob uma lógica mercadológica e de precarização do mercado de trabalho, encontra-se exacerbado, alinha-se o avanço da extrema-direita e das pautas fundamentalistas, com apelo aos valores e princípios culturais, morais e religiosos relacionados a manutenção da cishetoronormatividade, e contrários à participação social e democrática, favorecendo a perseguição às populações historicamente marginalizadas.

Este trabalho, de natureza qualitativa, tem por objetivo investigar as estratégias e possibilidades de construção e manutenção de uma posição hegemônica no Serviço Social brasileiro, expressa no Código de Ética do Assistente Social de 1993 e nas documentações e legislações do Serviço Social brasileiro, na defesa e ampliação dos direitos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queers, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não binários e outros (LGBTQIAPN+).

O objetivo pretendeu, metodologicamente, ser alcançado por meio da análise, utilizando o método materialista histórico-dialético, de sete entrevistas com roteiro semiestruturado realizado com a participação de assistentes sociais atuantes na política de

Assistência Social em um município do interior paranaense, onde não há serviço especializado para atendimento desse público.

Os nomes utilizados para identificar os assistentes sociais que participaram das entrevistas remontam personalidades LGBTQIAPN+ com relevância histórica no Brasil, a saber: Baltazar da Lomba, Elisabeth Bishop, Jane di Castro, Lota, Madame Satã, Mario de Andrade e Tibira.

Pretende-se, com este trabalho, contribuir para ampliação da discussão da temática no âmbito do Serviço Social, com vistas a reforçar o compromisso ético em construção pela categoria profissional junto à população LGBTQIAPN+, especialmente no combate aos preconceitos e na defesa e ampliação de seus direitos, rememorando a pluralidade de sexualidades e identidades de gênero dos usuários dos serviços prestados pelas políticas sociais brasileiras e dos próprios assistentes sociais.

O avanço da extrema-direita no Brasil

O avanço ideário neoliberal, para um campo financeiro ilusório, onde as relações de trocas monetárias são cada vez mais automatizadas e virtuais, alocam, também, as informações transmitidas para um território imagético; onde a mentira se propaga como verdade através de um clique em aparelhos celulares, o inverso também ocorre. Neste cenário, há a massificação das informações, especialmente as inverídicas, acompanhada, nos últimos anos, do avanço da nova direita no Brasil¹.

Pereira (2020) assevera que o individualismo é traço marcante nesta nova roupagem do capitalismo, havendo, cada vez mais, o desprezo pela coletividade, pelas causas comuns, pela população e pelos dados científicos. Nesta era, o discurso da meritocracia, do armamentismo, do repúdio à justiça e do ódio às minorias são marcantes.

Conforme a pensadora (Pereira, 2020), os países de capitalismo central, especialmente os nórdicos, tiveram, no pós-guerra, um período de ampliação das políticas sociais, influenciadas pelo keynesianismo. Entretanto, tal ampliação não foi bem quista por alguns setores de pensadores e políticos à época, influenciados pelo ideário neoconservador e neoliberal desde a década de 1940.

Estes setores políticos e econômicos também estavam insatisfeitos com a contestação de normas e padrões culturais por meio da organização de grupos socialmente marginalizados, pois nos anos 1950 e 1960 diversos movimentos sociais contraculturais eram atuantes na resistência contra o racismo, a LGBTfobia, o machismo e patriarcado, a censura e as guerras emanadas pelo imperialismo estadunidense (Pereira, 2020).

Como resposta à tal emergência, os pensadores e políticos neoliberais e neoconservadores se colocaram a favor dos valores tradicionais, que podem ser traduzidos por meio da defesa da família nuclear e patriarcal, da meritocracia, da dignidade do ser humano exclusivamente pelo trabalho, da organização hierárquica da sociedade, dos valores patriotas, da adoração às forças armadas e daquilo que autodenominaram como boa música e boa cultura (Pereira, 2020).

Aliado a contestação do uso de recursos públicos pelo Estado nas políticas sociais e a favor dos valores, tidos como tradicionais pelos conservadores, outra característica importante do ideário da nova direita é a desestabilização da democracia nas sociedades capitalistas ocidentais. Para Sposati (2011), a característica de dependência da América Latina, fez com que os países desta porção territorial tivessem acesso à ampliação da ação estatal nas políticas sociais de diferentes formas e em diferentes momentos.

Uma característica marcante da implementação das políticas sociais nos países latino-americanos é sua forma fragmentada e setORIZADA, privilegiando o acesso a uma parcela branca do operariado urbano. A raiz dessa problemática são os modelos trazidos da Europa, sem considerar as características da América Latina. Conforme a pesquisadora (Sposati, 2011, p. 106): “grande parte dos países latino-americanos ao propor políticas sociais buscou seguir modelos europeus, sem levar em conta suas marcas históricas quanto à presença da escravidão negra e da servidão indígena”.

Uruguai e Argentina foram exceções, antes dos períodos ditatoriais, pois acessaram o Estado Social. Entretanto, tal acesso estava vinculado à inserção no mercado de trabalho formal e não era visto enquanto direito universal dos cidadãos. Nas duas últimas décadas do século XX, com a abertura democrática na maioria dos países latino-americanos houve a possibilidade da elaboração de Cartas Constitucionais mais equitativas, em contraste, permitiu a ascensão do ideário neoliberal² neste território (Sposati, 2011).

A ampliação do ideário neoliberal na América latina possibilitou que as políticas sociais fossem, paulatinamente, transformadas em mercadoria e campo fértil para a atuação do mercado. Outro fenômeno visível foi o aumento da participação da sociedade civil na atuação na referida esfera, enquanto estratégia para desresponsabilizar o Estado de sua atuação, permitindo, assim, a mercantilização das políticas sociais para o campo filantrópico ou lucrativo (Sposati, 2011).

O lema propagado pelos ideólogos e políticos neoliberais é que não há saída, ou alternativa, para os ajustes econômicos e fiscais que eles próprios produzem e implementam, empobrecendo cada vez mais a população e responsabilizando os indivíduos pela desigualdade gerada pelas políticas que por eles geradas. Neste sentido, o ideário

neoliberal se propaga através da política, acentuando-se através da extrema-direita, que se apoia na manipulação em uma sociedade cuja espetacularização é cada vez mais exacerbada (Pereira, 2020).

A Constituição Federal de 1988 inaugurou um período improvável para o avanço da cidadania brasileira, marcada até então pelo patrimonialismo e pela cidadania regulada, bem como por longos períodos ditatoriais. O suspiro democrático foi improvável, pois, da aprovação da Constituição em 1988, o mundo já estava sob a dominação e hegemonia do capital financeiro e da doutrina neoliberal (Fagnani, 2017).

O movimento decorrente da promulgação da Constituição foi de tensão e disputa entre o avanço do ideário neoliberal e ampliação do Estado Social. Sob o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello a Constituição foi questionada, através da agenda de contrarreformas planejadas para o capítulo Sobre a Ordem Social, porém, o processo de impeachment do ex-presidente retardou seu avanço. A continuidade do desmonte constitucional se deu no governo do ex-presidente Itamar Franco, com o deslocamento de receitas da união, até então destinadas ao financiamento das políticas sociais (Fagnani, 2017)

Aliado a financeirização e a focalização na pobreza, os governos de Fernando Henrique Cardoso conduziram as contrarreformas na Constituição Federal, onde a inflação foi controlada, apesar disso, a dívida pública foi duplicada. Em conformidade com Fagnani (2017), Sposati (2011) informa que no referido período houve o favorecimento dos setores mercadológicos que visavam o lucro, ou a filantropia nas áreas sociais das políticas (Fagnani, 2017; Sposati, 2011).

Embora a Constituição brasileira assegurasse direitos para diversos setores da sociedade, não havia sinalizações sobre ações reparadoras para essas populações, especialmente a LGBTQIAPN+, que no contexto da abertura democrática era preconceituosamente responsabilizada pela disseminação da epidemia do Vírus da Imunodeficiência humana (HIV) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids).

Por mais que envolvessem expectativas quanto ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva quanto a novos rumos para a economia brasileira e contra do avanço do neoliberalismo, o que se teve em seu primeiro mandato foi uma continuidade do processo sentido nos anos 1990, com aceno ao Banco Mundial e suas entidades representativas através da elaboração da Carta ao Povo brasileiro, que indicava aproximação ao ideário neoliberal internacional e dava segurança contra o que seus ideólogos denominavam efeito Lula (Fagnani, 2017).

Ainda assim, o segundo mandato de Lula trouxe significativos avanços na área social, bem como na garantia de direitos para população LGBTQIAPN+, como a cartilha Brasil sem homofobia (Brasil, 2004), a implementação do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (2008) e o casamento entre pessoas do mesmo sexo (2009), frutos da luta do movimento LGBTQIAPN+.

Segundo Fagnani (2017, p. 6): “houve melhora nos fundamentos macroeconômicos, expansão dos gastos sociais e reativação do mercado de trabalho que se traduziram na inquestionável melhoria dos indicadores sociais”. Esse processo foi favorecido pelos programas de facilitação do acesso a crédito e aos programas de aceleração do crescimento, sobretudo pela centralidade no crescimento econômico na agenda do governo federal (Fagnani, 2017).

O quinquênio final dos anos 2010 prenunciaram, no Brasil, a exacerbação de valores e princípios contrários a emancipação humana, crenças essas que favoreciam o desmonte e a precarização das políticas sociais, que custosamente foram conquistadas nos anos 1990, 2000 e 2010³. O que visualizamos neste período foi a devastação das políticas de Seguridade Social e das outras políticas sociais.

Dado o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, o projeto neoliberal foi revigorado, aliando-se à nova direita brasileira em uma cruzada contra a esquerda, contando com a presença ativas de figuras salvacionistas, que grassavam discursos anticorrupção em rede nacional contra o que autodeclaram maior esquema de corrupção da história. Essa conjuntura oportunizou o fim do breve ciclo de cidadania brasileira até aquele momento (Fagnani, 2017).

Pereira (2020), aproxima-se de Fagnani (2017) ao pensar na desconstrução da democracia brasileira, e avança demonstrando que essa lógica perversa se entranha no questionamento do direito ao voto, na supervalorização do Estado gerencial e na disseminação de notícias falsas. Tais mentiras foram amplamente divulgadas durante a campanha do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2018 e incluíam o que a campanha de Bolsonaro denominou como “kit gay” e vídeos de supostas mamadeiras em formato fálico distribuídas em escolas infantis.

Sob o mandato de seu vice, Michel Temer, foi tramitada a Lei da Terceirização de todas as atividades-fim, a Reforma Trabalhista e a Proposta de Emenda Constitucional 241, que limita os investimentos públicos pelo período de 20 anos. Neste sentido, os rumos da política neoliberal, aliado às crises política, econômica e social que se instauraram, esfacelavam a frágil democracia brasileira, pois ao desvincular recursos da área

social retrocediam nas garantias constitucionais, por meio de reformas e precarizações (Fagnani, 2017).

Contudo, a ascensão do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro em 2018, foi marcada pelo antipetismo, pelo nacionalismo, pela supremacia dos valores estadunidenses, pelo discurso de ódio contra as populações historicamente marginalizadas da população brasileira e propiciou o espraiamento da ideologia neoliberal e da extrema-direita no Brasil para as mais diversas esferas da cultura, da economia, das políticas sociais, da religião e da sociedade.

De suas escolhas ministeriais, passando pelo apoio a candidaturas estaduais e municipais e em seus discursos públicos, Bolsonaro não se dispôs em escancarar aquilo que permanece em uma parcela significativa da sociedade brasileira, expressa por suas raízes autoritárias, capacitistas, coloniais, coronelistas, escravistas, LGBTfóbicas e patriarcais, dentre outras formas de desigualdades. Não obstante, foi o capital financeiro quem mais se beneficiou do cooptação do pensamento desta parcela da população.

Ao reafirmar valores da família tradicional, bem como concepções fundamentalistas das leituras bíblicas e comentários LGBTfóbicos, machistas e racistas Bolsonaro caiu na graça de uma parcela fiel do eleitorado brasileiro. Seus seguidores seguiam, e ainda seguem, piamente o lema de sua campanha presidencial: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, sob a égide “Deus, pátria, família e liberdade”.

O grito pela autocracia bolsonarista, ecoou nas orações de fundamentalistas religiosos, nas alas militares e nos rincões brasileiros, por meio da histórica elite agrária e de seus atuais representantes: cantores sertanejos, influenciadores digitais, líderes religiosos, políticos, dentre outros. Outro ponto alto de seu governo (Pesquisa [...], 2021), foi o esvaziamento ou extinção de cerca de 75% dos conselhos de direitos, espaço de ampla participação social e política. Houveram, também, reduções e impedimentos da participação da sociedade civil em conferências nacionais, além da limitação de vagas para profissionais que atuam diretamente com a população: assistentes sociais, educadores, juristas, médicos e psicólogos (Pereira, 2020).

É sabido que em 2022, Jair Bolsonaro articulou, junto a setores das burguesias agrárias, das forças militares, da indústria, dos líderes políticos e dos religiosos uma tentativa de golpe de estado que culminou no questionamento do processo eleitoral (Terrorismo [...], 2023), bem como na Intentona bolsonarista no dia 08 de janeiro de 2023 (Braun, 2024). O objetivo intuito dos atos de terrorismo era implementar no Brasil, conforme pontuou Boito Junior (2021), uma ditadura com características fascistas sob o mando de Bolsonaro.

As profundas raízes da LGBTfobia no Brasil

Desde o período da colonização brasileira há registros da hostilidade em relação as identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes, influídas pela forte ligação do Estado português e brasileiro com a Igreja Católica punindo as pessoas que assim se identificassem, com intermédio, até mesmo, do Tribunal da Santa Inquisição (Trevisan, 2018).

Durante anos, os Códigos Imperiais brasileiros puniram as populações LGBTQIAPN+, até que um novo dispositivo de controle social ganhasse visibilidade, tal mecanismo se enquadrava nas categoriais médico-legais. Houve, naquele período diminuição do controle familiar sobre os corpos, especialmente crianças, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade (Trevisan, 2018).

A educação passou a ser lócus de disputa, pois, segundo os especialistas a época, tais locais favoreciam comportamentos que destoavam da norma imposta, especialmente os internatos. A solução encontrada foi eliminar as pessoas LGBTQIAPN+ do convívio educativo e social, além de cuidar da formação moral dos outros estudantes (Trevisan, 2018).

No período da ditadura militar-empresarial, 1964-1985, também houveram punições para as pessoas LGBTQIAPN+, que consistiam no encarceramento e perseguição às/aos profissionais do sexo, especialmente homens gays e travestis, perseguições políticas contra jornalistas, estudiosos e militantes que começavam a publicar as primeiras iniciativas em defesa dessa população e aos espaços de socialização dessa população (Ocanha, 2018; Quinalha, 2018; Trevisan, 2018).

Com a lenta abertura democrática na década de 1980, dava-se início as primeiras reivindicações públicas e manifestações em defesa da população LGBTQIAPN+, ganhando força enquanto movimento social organizado. Em contraposição, a epidemia global de HIV/Aids enfraqueceu o coletivo LGBTQIAPN+ naquele período, pois as hordas reacionárias e conservadoras culpavam essa parcela populacional pela disseminação do vírus (Caetano; Nascimento; Rodrigues, 2018; Trevisan, 2018).

O movimento LGBTQIAPN+ se reergueu após a luta contra a epidemia de HIV/Aids⁴ em finais dos anos 1990 com as marchas do orgulho nas grandes cidades brasileiras, além de reivindicações judiciais quanto aos seus direitos, especialmente a utilização legal do nome social, a adoção legal por pais e mães homoafetivos, a retificação de nome e gênero e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, outrossim essa retomada se deu em um contexto onde o neoliberalismo já se entranhava na sociedade brasileira, favore-

cendo discussões individualistas e ampliando um novo mercado consumidor, específico para essas pessoas (Caetano, Nascimento, Rodrigues, 2018; Trevisan, 2018).

Apesar disso, a discriminação é uma constante para essas pessoas, seja nas famílias, nas igrejas, nas escolas ou nos serviços públicos. Sabe-se que as famílias, instituições religiosas, escolas e o Estado possuem funções essencialmente controladoras e punitivas, definem padrões comportamentais, sociais, morais e culturais (Foucault, 2020). Além dos espaços de serviços públicos, a população LGBTQIAPN+ é discriminada ao tentar se inserir no mercado de trabalho, como assevera a Assistente Social Tibira:

[...] essa pessoa que relatei sempre fala da dificuldade de se inserir no mercado de trabalho porque, querendo ou não, ela acaba exercendo funções teoricamente masculinas e o grande preconceito é que os homens são mais intolerantes a isso e acabam não contratando ela porque ela é mulher e tem uma figura mais masculina, não sei se questionam a capacidade dela em exercer a função, ela tem vários cursos, de muitas coisas, tem experiência, ela sabe o que está fazendo, mas não dão oportunidade pra ela por conta de ser uma mulher masculinizada (Tibira, 2021).

Foucault (2020, p.167) expõe que o controle presente nestas instituições sociais tem como definição a disciplina adestradora: “o poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor”. A instituição escolar, local de disputa entre os poderes normativos e setores mais progressistas, é marcada pelo preconceito contra a população LGBTQIAPN+. A assistente social Madame Satã relata uma dessas violências:

[...] eu lembro quando eu estava fazendo uma pesquisa contra a violência nas escolas e lá tinha uma questão que perguntava se tinha homofobia na escola, no dia da pesquisa eu não fui, a entrevistadora foi a professora, e os alunos comentaram sobre a fala do diretor, que disse: “não, não tem homofobia na escola não, tem uns gayzinhos aqui na escola, mas não tem homofobia” (Madame Satã, 2021).

Neste sentido, a instituição escolar assume, de maneira simbólica, papel disciplinador dos corpos daqueles que tendem a subverter as normas sociais historicamente estabelecidas pelos detentores do poder. Para a assistente social Jane di Castro:

Na faculdade eu não lembro de ter estudado isso, ou pelo menos ter discutido, acho que tem essa falha sim, até no currículo do ensino fundamental e médio, na questão da Sociologia, para tentar entender toda essa situação e que a pessoa não cresça com aquele conceito do errado, do proibido, acho que teria que ter uma abertura maior para discutir (Jane di Castro, 2021).

Ao usar como exemplo o padrão de escola militar, Foucault (2020) provoca afirmando que as funções desse modelo de instituição escolar é o adestramento dos corpos. As universidades fazem parte desta realidade e ainda há certa resistência em tratar temáticas como a população LGBTQIAPN+, o racismo, a heteronormatividade e o patriarcado. Segundo as assistentes sociais Elisabeth Bishop e Lota:

Eu nem me lembro de ter discutido isso na faculdade, então já não vem com o arcabouço desse conhecimento da faculdade para trazer para os serviços, vai muito de nós profissionais, de buscarmos à parte esses assuntos e estudar. Eu vejo que é um assunto pouco discutido, não se tem uma capacitação profissional. Sabemos que no serviço existem diferentes opiniões, por exemplo a questão da religião, como trazer isso para o serviço? Fica por isso mesmo, não temos essa qualificação, essa capacitação desde a faculdade (Elisabeth Bishop, 2021).

É uma falha da formação, eu não me lembro, faz um tempo que me formei, mas, se naquela época já existia eu não me lembro de ter tido nada e se aconteceu não foi algo bem corriqueiro, não me lembro de ter tido alguma capacitação, apesar de não termos quase capacitações [...] (Lota, 2021).

No Serviço Social brasileiro, apesar dos significativos avanços nas legislações, publicações oficiais do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos regionais de Serviço Social (CRESS), pesquisas, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, a assistente social Mario de Andrade relata que:

[...] discussões aprofundadas eu não lembro de ter acontecido, só em algumas disciplinas, como em movimentos sociais que a professora tratou, mas não lembro de ser algo aprofundado, também em algumas situações buscamos fazer horas complementares em alguns congressos e palestras, mas nada que eu possa falar: “nossa, eu me sinto apto a tratar dessa temática” (Mario De Andrade, 2021).

A educação brasileira está diretamente conectada com a Igreja, pois, durante séculos, esta foi a única instituição a prestar serviços educacionais, influenciada pelos Jesuítas. As primeiras faculdades foram ligadas ao Império brasileiro, paramentadas pelo sistema do Padroado Régio, onde haviam colégios e seminários voltados para formação sacerdotal ou Direito. Há pouco mais de um século foram criadas as primeiras universidades públicas federais.

As instituições voltadas para a área da Saúde continuam, em muitos casos, sendo utilizadas para disciplinar, ordenar e reajustar os corpos. Conforme Green (2019, p. 203), no início do século XX: “até onde muitos dos doutores e advogados de classe média e alta podiam conceber, comunistas, fascistas, criminosos, negros degenerados, imigran-

tes e homossexuais deveriam ser contidos, controlados e, no caso destes últimos, se possível, curados”. O assistente social Tibira relata um ocorrido na esfera da Saúde:

[...]teve uma situação com uma usuária trans que sofreu uma discriminação na Unidade de Pronto Atendimento, não faz muito tempo, deve ter um ou dois meses, porque ela usa nome social, e aí a pessoa que a recepcionou ficou questionando isso, porque ela conseguiu mudar só um dos documentos não sei se o RG ou CPF e tinha que mudar o outro, aí parece que os ânimos se exaltaram, porque ele estava chamando pelo nome que estava no documento e ela atende pelo nome social, e se você olhar pra ela, é uma mulher! Então os ânimos se exaltaram e chamaram o segurança [...] (Tibira, 2021).

Já o assistente social Baltazar da Lomba assevera que o preconceito está presente na esfera da Saúde, especialmente nos hospitais e nos espaços onde o saber médico-biológico exerce poderosa influência. Segundo o assistente social:

Eu acho que a Saúde tem muito preconceito, por mais que a gente fale do direito, de toda a Constituição, você vê a questão de toda acomodação, de banheiro, de visita, de responsabilidade legal. No período que trabalhei não tinha essa efetividade, ou melhor dizendo legalidade, de você ser legalmente o parceiro, o companheiro, e quando tinha que tomar algumas decisões, e eu já tive situação de tomar algumas decisões de quadros graves e terminais, o companheiro ou a companheira não tinha o direito de tomar decisão e se fosse o marido ou a esposa heterossexuais teria, aí tinha que chamar o pai, a mãe ou o responsável legal para tomar decisão de uma cirurgia (Baltazar da Lomba, 2021).

As ciências, especialmente as médicas e biológicas, reverberam o discurso de repressão e moralização das sexualidades humanas, processo que ainda é perceptível nessas instituições. Para Foucault (2020, p.60): “de fato, era uma ciência feita de esquivas, já que, na incapacidade ou recusa em falar do próprio sexo, referia-se sobretudo às suas aberrações, perversões, extravagâncias excepcionais, anulações patológicas, exasperações mórbidas”.

A repressão e moralização das sexualidades adoecem os corpos incontestes com a cisheteronormatividade, fazendo com que o poderio médico-legal seja novamente acionado para tratar, medicar, e, até mesmo, institucionalizar essas pessoas. O assistente social Mario de Andrade traz o relato de seu cotidiano profissional:

[...] são pessoas que sofrem de depressão, fazem acompanhamento em Centro de Atenção Psicossocial, porque tudo acarreta, falta emprego, falta dinheiro e o convívio familiar, aí vem as crianças que moram longe e não têm transporte, eu vejo que todos eles sofrem, tem esses problemas, todas eles fazem CAPS, tomam medicação e vivem dessa maneira: “altos e baixos”, uma hora

bem, outra não, falam de bobagens, como tirar a vida [...] (Mario de Andrade, 2021).

Aliado a focalização no indivíduo conforme mencionado acima, a estrutura hierárquica que buscou manter a ordem no Brasil está presente nas instituições sociais, implementada na sociedade através dos valores, princípios e normas que a sustenta. Seja pelos símbolos religiosos, pelos discursos que buscam conservar o passado, valorizando o militarismo, o colonialismo e os mitos que fundam a ideia de nacionalidade e de pertencimento, mesmo que seja apenas a um seleto grupo social. Segundo os assistentes sociais Jane di Castro e Baltazar da Lomba:

[...] acredito que eles sofram bastante preconceito da sociedade em geral, eles têm receio de procurar o serviço porque não sabem como vão reagir quanto a opção deles [...] eu acho que a sociedade é muito aberta para algumas coisas e para outras é muito tradicional, tem o preconceito quando a gente vê pessoas na rua, um cutucando o outro e dando risadinha (...) (Jane di Castro, 2021).

[...] socialmente a gente percebe, a gente percebe algumas falas: “mas vocês vão aprovar uma família homoafetiva? Que exemplo vocês vão dar?”, como se fosse um crime, um pecado mortal, e para nós não, o que importa é a proteção, o que garante a proteção do público assistido [...] (Baltazar da Lomba, 2021)

A repulsa contra a população LGBTQIAPN+ pela sociedade brasileira é parte da manutenção dos privilégios de um patriarcado masculino e branco que enriqueceu às custas do uso da mão de obra escravizada da população negra e indígena por séculos. No início do século XX, a pequena burguesia intelectual também se favoreceu dessas ideias, implementando através do discurso e práticas higienistas e eugênicas um padrão branco, heterossexual e machista dominando o ensino e a pesquisa neste país.

Ações profissionais de combate ao preconceito e violações de direitos das pessoas LGBTQIAPN+

O trabalho no capitalismo se dá de maneira alienante, operando na incompreensão do cotidiano na vida do trabalhador, isto dificulta o processo de interpretação deste modo de operação econômico, social, cultural e político. Barroco (2010, p. 33), destaca que: “na sociedade capitalista, em face da apropriação privada dos meios de produção e das formas pelas quais se objetiva a (re)produção da vida social, o trabalho se realiza de modo a negar suas potencialidades emancipadoras”.

Segundo a assistente social Madame Satã:

Teve uma situação lá de uma família no território que traz um discurso homofóbico em relação ao outro irmão e não trabalhamos isso de uma forma aprofundada, de forma a discutir o preconceito junto da família. Teve uma outra situação também, porque a filha era heterossexual e depois estava em um relacionamento homossexual e a mãe não aceitava a bissexualidade, foi algo que outras técnicas trouxeram para mim e acebei tomando conhecimento, mas não trabalhei essa questão (Madame Satã, 2021).

O conservadorismo opera nas significações sociais e está presente na sociedade brasileira, fazendo com que os seres humanos reproduzam acriticamente valores e princípios que perpetuam um determinado padrão social. Neste sentido, cria-se base para ações e comportamentos das pessoas que é considerada correta e aceitável. Para Heller (2016, p. 72): “a unidade imediata do pensamento e ação se expressa também no fato de que, na vida cotidiana, identificam-se o verdadeiro e o correto”.

O sentido de veracidade faz com que o padrão social seja visto como o único que levará à ascensão social nesta sociabilidade. Barroco (2010, p. 72) pondera que: “o que revela ser correto, útil, o que oferece ao homem uma base de orientação e de ação no mundo, o que conduz ao êxito, é também verdadeiro”. As falas das assistentes sociais Tibira e Madame Satã denotam a perspectiva de manutenção dos preconceitos contra essa população por parte do serviço público. Segundo as entrevistadas:

O conhecimento que a gente tem é que o município oferece cursos, não faz diferenciação de sexo para o curso, mas nada voltado ao incentivo ou levar a questão em consideração, mesmo de profissões que são teoricamente masculinas para contratar mulheres, não existe nada nesse sentido (Tibira, 2021).

[...] vamos supor que se fizéssemos uma reunião de rede para discutir a questão LGBTQIAPN+ a partir das ações desenvolvidas ou de como cada serviço pensa a temática, eu penso que seria um tabu para todo mundo, e acho que teria receio de alguns atores, mas seria um momento para reconhecer os preconceitos e as contribuições que a gente traz (Madame Satã, 2021).

As ações preconceituosas são favorecidas pelo pensamento que visa conservar os valores, crenças e princípios de dada sociabilidade, cujas raízes são construídas e reforçadas nas escolas, nas igrejas, nas famílias e por intermédio do Estado. Mesmo com o avanço do neoconservadorismo, que nada mais é do que o ser e o vir-a-ser das concepções conservadoras presentes em boa parcela da população brasileira, existem possibilidades de resistência àqueles que se colocam em defesa de uma sociabilidade menos preconceituosa, racista e machista (Cisne; Santos, 2018).

Ante o histórico de lutas, resistências e enfrentamentos e diante do avanço da LGB-Tfobia⁵ e das diárias violações de direitos sofridas por essa população, pode-se inferir que o governo brasileiro internou, espancou, assassinou e relegou a população LGBT-QIAPN+ a um estado de inexistência que perdura na contemporaneidade. A assistente social Baltazar da Lomba afirma que:

A gente transita aí, né? Uma política dá direito, uma política exclui, um governo que não manda dinheiro, um gestor que acabou de entrar, e eu acho que é essa gestão é um pouco mais conservadora, mas a gente está aí, brigando numa sociedade que está em impasse, que a gente não consegue entender mais, porque está se levantando uma sociedade muito conservadora, então você assusta, porque hoje a gente está aí com os grupos sociais e gestores defendendo uma bandeira conservadora e a gente está vivendo um momento crítico que eu não acredito que seja de direitos, seja de romper com direitos, um desmonte, né? (Baltazar da Lomba, 2021).

O avanço dos movimentos de defesa da população LGBTQIAPN+, a aproximação com o movimento das pessoas negras e das mulheres, a publicação de folhetins, a criação de marchas e o aumento de mercado consumidor dessa população, motriz deste modelo econômico, formam como a sociedade brasileira e alguns líderes políticos passaram a reconstruir a maneira que lidam com essa parcela populacional.

As possibilidades envolvem diversos mecanismos, dentre eles a conscientização da importância da temática, relatada pelos profissionais, capacitações para os assistentes sociais atuantes nas políticas sociais e a defesa de um projeto ético-político comprometido com os direitos sociais e humanos, que preza pelo exercício do Serviço Social sem discriminar e nem ser discriminado por questões de etnia/raça, gênero, religião, nacionalidade, orientação sexual e identidade de gênero, além da colaborar com a construção de uma sociedade livre da desigualdade social, das opressões e dos preconceitos

Reflexões sobre o Projeto Ético Político e a defesa dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+

Os princípios apresentados no Código de ética do Assistente Social (1993), aliados as documentações e legislações do Serviço Social brasileiro, representam o que ficou conhecido, dentro da categoria profissional, como Projeto Ético Político, ou seja, o direcionamento teórico metodológico, ético-político que aliados à dimensão técnico operativa compõem os saberes, práticas, posicionamentos e ações dos profissionais do Serviço Social. José Paulo Netto (1999, p. 4) afirma que:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Conforme as assistentes sociais Elisabeth Bishop e Jane di Castro, o Projeto Ético-Político é um compromisso profissional dos assistentes sociais e deve ser a pedra angular da atuação profissional, especialmente no combate à exploração, violência e os mais diversos preconceitos. As assistentes sociais afirmam:

O nosso código é claro na eliminação de todas as formas de preconceito, sejam eles quais forem, é o que nos respalda e direciona nosso trabalho, independente de nossas questões religiosas, políticas ou morais, a gente tem que se respaldar nisso e garantir ao usuário um atendimento humanizado, uma escuta qualificada, sem preconceitos, então nesse sentido está localizado nosso trabalho, assim como com os outros usuários também (Elisabeth Bishop, 2021).

Eu acho que a absorção nossa do projeto ético-político deve ser coesa e total, deve saber fazer uma análise de conjuntura, você sabe que existe uma contradição, intempéries de uma sociedade que é excludente, preconceituosa, ela tem preconceito com o pobre, com o indígena, com o negro, com a pessoa idosa [...] (Jane di Castro, 2021).

A assistente social Lota assevera que os princípios e valores éticos expostos em nosso projeto profissional distam da concepção burguesa presente no bojo da realidade social, cabendo aos profissionais certo cuidado para que o conjunto dos princípios não se corrompam. Conforme a assistente social:

Eu percebo que o Código de Ética de forma indireta é um compromisso que o profissional deve ter, mas às vezes o Código de Ética passa batido, é uma coisa que fica no documento e, na prática, vai se perdendo [...]. Se formos falar de equidade, precisamos ter um olhar diferenciado para aqueles que estão em maior vulnerabilidade, que são vítimas de preconceito pela sociedade, e com certeza nosso compromisso ético em relação aos usuários é bem reafirmado, só que tem muitas questões, a gente tá aqui e somos profissionais que tem esse compromisso, mas também trazemos o que somos fora daqui a nossa construção pessoal (Lota, 2021).

Existem problematizações quanto a efetivação dos princípios presentes no Projeto Ético-Político, especialmente pela relação entre a realidade social e o assoberbamento

dos assistentes sociais, fazendo com que a imediatividade seja privilegiada em detrimento da suspensão do cotidiano que permita o pensamento da atividade profissional, dentre elas o atendimento à população LGBTQIAPN+, de maneira a romper com o individualismo e com os preconceitos (Barroco, 2010, p. 55).

Essas tensões entre os princípios e valores defendidos em nosso Código de Ética Profissional e a sociabilidade burguesa são pontuados pelos assistentes sociais Tibira e Lota. Segundo eles:

[...] quando a gente pensa no projeto ético-político é de uma forma muito geral, muito ampla, mas eu fico me questionando se a gente aprende na prática, colocar na prática aquilo que está dentro do projeto ético político, porque cada serviço, cada demanda é muito específica e, querendo ou não, quando a gente chega num serviço a gente carrega muito do que é nosso (Tibira, 2021).

É claro que eu quando estou aqui, devemos ser profissionais e o Código de Ética tem de ser seguido, devemos pautar nossas ações profissionais no Código de Ética, mas, na prática, é um pouco difícil, eu percebo que é difícil, é uma total desconstrução e por isso acho que deve ter mais capacitações, mais discussões, para que a gente possa tocar mais nesse assunto e tentar desconstruir alguns conceitos que a gente tem, alguns medos [...] (Lota, 2021).

Dentre de uma sociedade individualista e individualizante, os assistentes sociais pontuam a dificuldade em coletivizar as demandas e as politizar. Pensam as demandas, as identificam no cotidiano e percebem a semelhança entre as situações que aportam nas instituições, mas quando é para coletivizar, demonstrar para o poder público e para sociedade e, deste modo, politizar essa coletividade se sentem inseguros. Segundo a assistente social Madame Satã:

Focamos nos atendimentos de demandas objetivas ou atendendo demandas que não são nossas, como questões do judiciário, mas trabalhar questões envolvendo subjetividades mesmo, de convivência social ou de padrões de cultura e visões de mundo, trabalhar esses preconceitos, eu sinto que a gente não conseguiu avançar nisso, a gente até discute que devemos sentar e fazer um planejamento, mas nunca colocamos em prática [...] (Madame Satã, 2021).

O pensamento de Heller (2016, p. 38) é singular para o entendimento do cotidiano, pois para a pensadora: “a vida cotidiana não está fora da história, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social”. Deste modo, intentar suspendê-lo, o cotidiano, buscando cobrar as instâncias de poder, repensando as comunicações e práticas pode ser um caminho para a saída imediatismo e da lógica individualista e individualizante.

Segundo o assistente social Tibira:

Esse negócio está muito em alta hoje, a gente não pode falar um nada! Mas eu acho que existem duas situações, aquelas pessoas que não falam nada com medo de serem repreendidas e tem pessoas que acontece um negocinho e já faz um estardalhaço, eu não sei, sou uma pessoa do meio-termo, é claro que a gente tem que se posicionar se viu alguma coisa que não concorda, tem que se posicionar, tem que falar, mas eu sou uma pessoa que não acredita muito nesse povo que faz muito barulho [...] (Tibira, 2021).

Este pensamento reverbera nos assistentes sociais, pois mesmo que assumam um compromisso ético e político com as pautas, demandas e necessidades da população LGBTQIAPN+ no exercício do Serviço Social, uma parcela ainda apresenta oralidades de defesa do compromisso com essa população que não emergem a superficialidade, reduzindo as lutas e reivindicações da comunidade LGBTQIAPN+ ao individualismo e a lógica mercadológica presente na sociedade tomada pelo ideário neoliberal.

Considerações finais

Perante o avanço das nefastas políticas neoliberais, que solapam os direitos sociais construídos sob a base de lutas e reivindicações dos trabalhadores durante décadas e da ascensão da extrema direita no Brasil e no mundo, que se fundamenta em concepções de cultura, cor/etnia, família, gênero, sexualidade e tipos físicos que não contemplam a pluralidade da sociedade brasileira e de seus trabalhadores, torna-se basilar o entendimento da atuação profissional no seio das políticas sociais e aliado aos interesses de classe pertencente, bem como da população atendida.

A pesquisa revelou o interesse e disposição da categoria profissional em aprofundar as discussões e ampliar o direcionamento ético que vem se construindo ao longo dos anos. Em tempos sombrios, com a eleição de políticos identificados com a extrema-direita que promovem o ódio às chamadas minorias, a homofobia, a misoginia, a xenofobia, o interesse e a disposição para a discussão de temáticas, ainda tão marcadas pelo preconceito, são fundamentais para a construção do projeto ético-político profissional.

Os assistentes sociais estão abertos para estratégias, contribuições, ensinamentos e a quem quer cobrar capacitações sobre a temática junto ao poder público. Buscam atender às demandas que aportam nas instituições com respaldo nas legislações do Serviço Social, na Constituição Brasileira, nas Diretrizes Curriculares e conforme as normativas da política social que atuam, caso específico deste trabalho, a Política de Assistência Social.

Todavia, ainda demonstram o preconceito existente contra essa população, seja ao reduzir as pautas e demandas do movimento ou quando possuem dificuldades para compreender as necessidades e legislações vigentes sobre a temática. Além disso, foi utilizado diversas vezes os termos “opção sexual ou opção deles” no decorrer, algo que demonstra o desconhecimento quanto aos debates atuais sobre identidade de gênero e orientações sexuais.

Em diversos momentos o compromisso ético dos assistentes sociais foi reforçado, mesmo que houvesse discordâncias entre as concepções sociais, religiosas e familiares sobre a temática e a postura que assumem enquanto profissionais. Conforme as elocuições, os assistentes manifestam o compromisso profissional em defesa da população LGBTQIAPN+, mas ainda demarcam a necessidade de avançar nesta esfera da realidade social.

Conforme os assistentes sociais entrevistados apontam, é necessário que a categoria profissional busque constantemente uma alternativa para esta problemática através de ações que contemplem uma perspectiva histórica concreta acerca do preconceito existente contra essa população, bem como aprofundamento das análises, das demandas, dos serviços e dos atendimentos ofertados a essa parcela da população, intuindo uma possível saída para o individualismo presente nesta sociabilidade.

Referências

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BOITO JUNIOR, Armando. O caminho brasileiro para o fascismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 34, e021009, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.35578>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual* Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

BRAUN, Julia. 5 fatores que explicam por que tentativa de golpe para manter Bolsonaro no poder fracassou. *BBC News São Paulo*, 30 nov. 2024. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cpwr4q87enjo>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alexsandro. Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT. In: GREEN, J. A. et al. *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução n. 845, de 26 de fevereiro de 2018*. Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador. Brasília, DF: CFESS, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCfess845-2018.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2024.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes. *Feminismo, diversidade sexual e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2018.

FAGNANI, Eduardo. O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015). *Texto para Discussão*, Campinas, n. 308, p. 1-20, jun. 2017.

FOUCAULT, Michel. *História das sexualidades 1: a vontade de saber*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

OCANHA, Rafael F. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN, J. N. et al. (ed.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

PAULO NETTO, Jose. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. In: PAULO NETTO, Jose. *Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília: CEAD, 1999. Disponível em: https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf. Acesso em: 2 ago. 2024.

PEREIRA, Camila P. Nova direita, corporocracia e política social. In: PEREIRA, P. A. P. (org.). *Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social*. São Paulo: Cortez: Politiza, 2020. p. 119-138.

PESQUISA mostra que 75% dos conselhos e comitês nacionais foram extintos ou esvaziados no governo Bolsonaro. *Jornal Nacional*, São Paulo, 25 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/25/pesquisa-mostra-que-75percent-dos-conselhos-e-comites-nacionais-foram-extintos-ou-esvaziados-no-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 2 ago. 2024.

QUINALHA, Renan H. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, J. A. et al. *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

SPOSATI, A. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. *Katálisis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011.

TERRORISMO em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. *G1*, Brasília, DF, 1 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>. Acesso em: 21 jan. 2024.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia até a atualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Notas

- 1 O fenômeno também é visível em outros países, até mesmo aqueles onde o Estado de Bem-Estar Social foi uma realidade palpável, tais como Estados Unidos e alguns países nórdicos
- 2 Salvaguardo a ditadura neoliberal de Pinochet no Chile (1974-1990).
- 3 No âmbito dos direitos da população LGBTQIAPN+, os anos 2010 foram importantes para a aprovação do uso do nome social (2013) e a adoção por casais homoafetivos (2015).
- 4 Vale ressaltar que além da participação de figuras públicas na luta contra a epidemia de HIV/Aids, alguns setores organizados da sociedade civil atuaram no combate da epidemia e na implementação do coquetel medicamentoso pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como algumas igrejas evangélicas históricas, judaicas e pastorais da Igreja católica.
- 5 O grupo gay da Bahia e o Acontece Arte e Política LGBTI+ realizam anualmente relatório de mortes violentas contra pessoas LGBTQIAPN+, através do Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil, no qual o Brasil figura entre os países mais violentos

Recebido em: 21/01/2025

Aprovado em: 18/06/2025